

REALISMO E IDEALISMO NA POLÍTICA INTERNACIONAL DE JOAQUIM NABUCO

Vamireh Chacon*

SUMÁRIO

Analisa a trajetória política de Joaquim Nabuco, mostrando como conviveram no eminente homem público o realismo e o idealismo político diante das demandas da política internacional brasileira no início do século XX. Conclui que o cosmopolitismo nabuqueano também confraternizava com o seu lado patriótico e regionalista, apontando-o como figura de estadista complementar àquela do Barão do Rio Branco, seu principal companheiro de jornada.

No sesquicentenário de nascimento de Joaquim Nabuco convém evocar algumas das suas fundamentais lições para o Brasil.

Joaquim Nabuco foi um claro, transparente, exemplo da possibilidade, não só necessidade, da convergência, mais que mera coexistência, de realismo e idealismo na política.

Ele mesmo o explica em nosso clássico dos clássicos, *Minha Formação*: “Em minha vida vivi muito da Política, com ‘P’ grande, isto é, da política que é História”. Nabuco só entrou na política pela causa da Abolição, de novo é ele próprio quem o diz: “A Abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos ou série de fatos de que fui contemporâneo”.

Ao ver inconclusa a obra da Abolição – a expressão é de Nabuco mesmo, por ausência da reforma agrária pela primeira vez por ele defendida no Brasil em discurso na Câmara dos Deputados em 14 de setembro de 1885, antes, portanto, da Lei Áurea, e por ausência também da instrução pública dos libertos como se vê em *Minha Formação* – diante das graves lacunas, propôs até a criação de um Partido Abolicionista para

* Cientista político, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília.

concluir a obra tão incompleta. A ponto de ser tachado de “anarquista”, “comunista”, até “petroleiro” como então se classificava.

Se não fosse pela causa abolicionista, não teria atendido ao pedido da mãe, que nele queria a quarta geração de Nabucos no Parlamento do Império, após pai, avô e um tio bisavô, Carolina Nabuco testemunha-o na biografia do pai dela. O que Nabuco queria inicialmente era a carreira diplomática, “meu desejo íntimo... continuar na diplomacia”, as palavras são suas em *Minha Formação*.

Atendeu, enfim, à “...paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino e na condição alheia” dos escravos de então e de sempre, porque os pobres e sem suficientes defensores. A eles passou a dedicar toda a vida, a “...ajudar o meu país, prestar ombros à minha época”. Servir ao Brasil na república para ele significava voltar à diplomacia, ministro na legação em Londres, embaixador em Washington.

No que não foi entendido por alguns monarquistas, do tipo exaltado de Carlos de Laet, que, em artigo de jornal, chamou-o de “traidor” e “trânsfuga”, literalmente. Amargurou muito Nabuco, está em suas cartas, embora tivesse forças para superar mais esta desilusão na política.

Qual a visão nabuqueana de política externa? E brasileira?

Joaquim Nabuco vinha dos tempos da hegemônica influência britânica no Brasil, influência herdada de Portugal. Não esqueçamos a retirada de Lisboa da Família Real de Dona Maria I e Dom João VI em navios da Armada da Grã-Bretanha; e a continuação das guerras peninsulares para expulsão dos franceses desde o desembarque das tropas comandadas por Sir Arthur Wellesley, daí em diante numa sucessão inexorável de batalhas até Waterloo, onde se torna Duque de Wellington, em seguida primeiro-ministro.

Derrotado o desafio napoleônico, a hegemonia de Londres ia durar, só substituída pela dos Estados Unidos, também anglófona, após a Segunda Guerra Mundial. Ao Brasil tinha, portanto, de chegar a preponderante influência britânica, muito

importante no processo de independência do Brasil, propulsionado por fatores endógenos, porém convergentes aos propícios interesses ingleses, como se sabe desde as pesquisas de Oliveira Lima em *Dom João VI no Brasil*, 1908, ampliadas em 1956 por Caio de Freitas no seu livro *George Canning e o Brasil (Influência da diplomacia inglesa na formação brasileira)*, sobre a especial relevância do papel do ministro das Relações Exteriores Canning, depois primeiro-ministro.

Nabuco viveu no Segundo Reinado o auge da hegemonia britânica no Brasil, mas não nos iludamos com os anglicismos parlamentaristas dos estadistas do Império, companheiros do pai de Joaquim Nabuco. Eles eram liberais, porém muito nacional-liberais, para se usar uma expressão cunhada a propósito de análogos alemães por um deles, Friedrich Naumann. O próprio Max Weber gostava do termo, usado por companheiros do seu pai, deputado nacional-liberal nos tempos de Bismarck.

Tanto assim que os nacional-liberais brasileiros não vacilaram em enfrentar a Questão Christie, meados do Segundo Reinado, indo a ponto do rompimento das relações diplomáticas, isto é, políticas, com Londres, mesmo ao preço de graves prejuízos comerciais. Terminando por obrigar o governo nada menos que a rainha Vitória a retratar-se e a pedir desculpas oficiais pelo incidente gerador do conflito. Dom Pedro II e seus estadistas arriscaram ir ao limite máximo e conseguiram fazer Londres ver a vantagem muito maior da aliança britânica com o Brasil, em vez de com qualquer outro país sul-americano. Inclusive em meio às guerras platinas.

Foi esse o ambiente em que Joaquim Nabuco nasceu e tornou-se deputado reeleito várias vezes. Nabuco passou uns quatorze anos de vida no mundo anglófono, como diplomata, nunca serviu noutra posto, começando em Washington, prosseguindo em Londres e retornando a Washington para aí falecer, com longo interregno de deputado abolicionista no Brasil.

A transferência final de Londres a Washington, explicou-lhe o próprio Barão do Rio Branco ministro das Relações Exteriores, era uma promoção, pois mudara o pólo político mais im-

portante do Brasil da Grã-Bretanha na monarquia para Washington na república. Ninguém mais que o Barão do Rio Branco teve, em toda a América Latina e não só do Sul, visão mais estratégica geopolítica, e com êxito para seu país, do que ele. Os fatos o demonstraram.

O Barão queria tranquilizar as fronteiras brasileiras, para nos permitir uma concentração maior em nossos problemas internos. Vale lembrar ser o Brasil o único em toda Ibero-América a ter fronteiras definidas, estáveis, aceitas por tratados com todos os vizinhos. Os demais, sem exceção, prolongam intermináveis litígios de demarcações mútuas: Argentina com o Chile, Chile com a Bolívia e Peru, Bolívia também com o Paraguai, Peru com o Equador, Colômbia com a Venezuela, todos entre si na América Central, México nada menos que com metade do território perdido para os Estados Unidos na guerra de 1848, território cada vez mais com minoria mexicana a caminho de tornar-se de novo maioria, com agravamento do problema.

Isso devemos basicamente ao Barão, ele assim podia com muita razão dizer que servia ao Brasil, tanto quanto o seu pai, o Visconde do Rio Branco, por muitos considerado o maior estadista civil do Segundo Reinado, de ministro das Relações Exteriores a primeiro-ministro, primeiro mestre de política do filho, futuro Barão.

O Barão operava na confluência de História, Geografia e Relações Internacionais, com o saber teórico de minuciosas pesquisas, mais vivências pessoais de diplomata de carreira desde os tempos paternos. O Barão vira na monarquia a eficácia da aliança diplomática inglesa coordenada ao máximo do lado brasileiro pelo pai, com grande êxito comercial, até militar nas guerras platinas quando conseguiu isolar nossos então rivais: Argentina, Uruguai e Paraguai.

Com a mudança da hegemonia mundial se renunciando desde a vitória dos Estados Unidos contra a Espanha em 1898, Washington alcançou a primazia política no Caribe através da conquista de Cuba e Porto Rico, no oceano Pacífico outro tanto nas Filipinas. Até mesmo porque os Estados Unidos não tinham

questões fronteiriças com o Brasil e a Inglaterra tinham na Guiana, da qual o Barão encarregará Nabuco de resolver.

O Barão do Rio Branco soube muito bem cortejar diretamente nada menos que o secretário de Estado Elihu Root, convidando-o a visitar oficialmente o Brasil e aqui presidir reuniões pan-americanas. Monarquista assumido, cômico das origens e do destino imperial do Brasil, o Barão só podia querer uma aliança de conveniência, *mariage de raison*, com os Estados Unidos, demasiado plebeiramente democráticos para os gostos refinados hereditários do Rio Branco filho, ao contrário das simpatias, mesmo prudentes, do Rio Branco pai pela aristocrática Grã-Bretanha.

Também Joaquim Nabuco não morria de amores pelos Estados Unidos, por quem tinha, isto sim, admiração, porém pelas suas instituições anglo-saxônicas de origem cultural inglesa, como ressalta claramente em *Minha Formação*: “O fato é que nenhuma impressão guardei dos Estados Unidos de ordem equivalente à inglesa...” Nabuco admira o “sentimento de igualdade” dos estadunidenses, mas espera e confia que também lá surja uma nova aristocracia, não só de berço ou de dinheiro, mas da inteligência e da beleza, capaz de superar escândalos populistas do baixo nível da eleição, altamente duvidosa, porque ostensivamente fraudada, pelo presidente Rutherford B. Hayes, a cujo discutido reconhecimento oficial presenciou no Congresso Nacional americano quando servia em Washington.

Enquanto isso, Nabuco admirou profundamente, até o fim da vida, a Inglaterra em geral, em especial Londres, onde quis ficar para sempre, desde vê-la ainda muito jovem, pela primeira vez, o testemunho é o da filha biógrafa.

Mas nem a sua profunda admiração por Lorde Salisbury, seu rival como representante britânico na Questão da Guiana, arrefeceu-lhe o empenho na defesa da opinião brasileira. A meia-vitória do Brasil pareceu uma meia-derrota aos adversários de Nabuco, desagradado por moção da Câmara dos Deputados. A Inglaterra podia ser uma potência em declínio, mas ainda com força bastante para influir no árbitro,

rei de Itália, Vitório Emanuel, contra a república brasileira então buscando se organizar e se afirmar. O apoio dos Estados Unidos comprovava-se muito necessário para a solução dos demais litígios fronteiriços do Brasil.

É nesse contexto realista que se entende a queixa de Nabuco em carta a Artur Orlando, em 15 de outubro de 1906:

O Oliveira Lima procura espalhar desconfianças contra os Estados Unidos. Com que fim? Mesmo no caso de serem elas justificadas, a nossa política melhor era fazer-nos amigos e não inimigos deles, ter sua amizade e não o seu indiferentismo.

Do contrário perderíamos o consentimento de Washington à compra brasileira das ações do Bolivian Syndicate na bolsa de Nova Iork, que nos viria a dar propriedade brasileira sobre as terras do Acre, criando uma segunda situação de *facto*, a primeira sendo a maioria demográfica dos brasileiros seringueiros, só faltando o reconhecimento da Bolívia por tratado. Também poderíamos ter perdido o laudo arbitral favorável do presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland, contra as pretensões argentinas representadas por Estanislao Zeballos na Questão Palma-Missões, que por isso nunca perdoou o Barão.

Era a “Realpolitik” de Rio Branco e Joaquim Nabuco, continuidade de outra política dos pais de ambos, o Visconde do Rio Branco e o conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, estadistas do Império. Política realista, indo a ponto de política de poder inclusive militar, “Machtpolitik”, como se vê no abalo íntimo, denunciado por Nabuco em dois sucessivos livros, ambos contra a suprema ignomínia antipatriótica do presidente-marechal Floriano Peixoto ao convocar intervenção militar estrangeira, a da força armada naval dos Estados Unidos contra o levante da esquadra brasileira na Baía da Guanabara.

Num tempo em que a maioria populacional brasileira residia próximo ao litoral, Rio Branco, conforme documentos na sua biografia por Luís Viana Filho, muito insistia junto aos presidentes Rodrigues Alves e Afonso Pena em favor do rearmamento marítimo do Brasil. Os jornais publicavam caricaturas de

Rio Branco parecido com Bismarck; Rio Branco quase foi candidato a presidente da República (que assim poderia ter sido um barão...), detido, porém, pelos políticos, temerosos do prestígio popular de Rio Branco, confirmado no seu enterro, o de maior público até então no Brasil. Consagração da sua visão geopolítica da Amazônia ao Prata.

O Barão do Rio Branco foi assim o estadista brasileiro de maior visão política internacional, inclusive geopolítica, e Joaquim Nabuco seu principal companheiro de jornada, o que não era fácil a nenhum dos dois, cada qual com uma visão que facilmente os completaria, se não fossem os seus temperamentos fortes, às vezes até demasiado fortes, em suas vocações de liderança. O cosmopolitismo, como Nabuco autodefinia seu internacionalismo em *Minha Formação*, nele se conciliava muito bem com seu patriotismo e até regionalismo, como ali se vê. Era a visão também rural da Massangana da página famosa, o que faltava ao Rio Branco já completamente urbanizado e na principal cidade brasileira de então, a Corte, o Rio de Janeiro.

Quanto a Oliveira Lima, homem de paradoxos mesmo geniais até o fim, tão antiestadunidense em seu pan-americanismo, optou por doar sua biblioteca à biblioteca da Universidade Católica da América e terminar sepultado em Washington, enquanto Joaquim Nabuco quis de lá voltar ao Recife, na última viagem, para no Brasil receber, como Rio Branco, a homenagem final do seu povo.

ABSTRACT

Realism and Idealism in Joaquim Nabuco's International Policy.

The essay analyses Joaquim Nabuco's political trajectory, showing the way political realism and idealism were both present in his intellectual personality in facing the Brazilian international political demands in the beginnings of the 1920s. The essay concludes that Nabuco's cosmopolitanism was harmonious in relation to his patriotic and regionalist ideas, calling attention to the fact that he was a complementary figure as a statesman in relation to that of the Baron of Rio Branco, his main fellow in his diplomatic career.

RÉSUMÉ

Réalisme et Idéalisme dans la Politique Internationale de Joaquim Nabuco.

L'auteur analyse la trajectoire politique de Joaquim Nabuco, montrant comment cohabitèrent chez cet homme public éminent, le réalisme et l'idéalisme face aux tendances de la politique internationale brésilienne du commencement du XX^e siècle. Il conclut que le cosmopolitisme de Nabuco fraternise avec son côté patriotique et régionaliste, le désignant comme l'homme d'état complémentaire du Baron de Rio Branco, son principal compagnon de route.